

# Manifesto contra a racionalidade algorítmica / *Manifesto against algorithmic rationality*<sup>1</sup>

Rui Alexandre Grácio<sup>2</sup>

António Pernas<sup>3</sup>

Telmo Alexandre Ferreira<sup>4</sup>

## RESUMO

As atuais discussões sobre a Inteligência Artificial devem ter como seu pano de fundo a pergunta: que cultura está atrelada à racionalidade algorítmica e quais são as suas implicações na própria conceção do humano? Ou seja, para onde vais, humanidade?

Segundo Vicente (2023, p. 9) "vivemos na era da legitimação social dos algoritmos enquanto modo de conhecimento e fonte de autoridade", configuração que certamente suscita inquietações. Esta preocupação com o mundo digital e com a IA é partilhada por pensadores como Éric Sadin, recaindo sobre três eixos: 1) a questão da racionalidade algorítmica; 2) a questão do aparecimento de uma nova forma de colonização; 3) a questão do antihumanismo (ou seja a emergência de "uma humanidade maternalizada, incubada, teleguiada a partir de servidores, que nos mostra a irrupção sorrateira de uma regressão civilizacional" (Sadin, 2018, p. 212). São estas três vertentes que aqui serão analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Racionalidade algorítmica; Inteligência artificial; Colonização; Anti-humanismo; Éric Sadin

## ABSTRACT

*The current discussions on AI must be framed by the fundamental question of what culture is tied to algorithmic rationality and what its implications are for the very conception of the human. The question at hand is: where are you going, humanity?*

*According to Vicente (2023, p. 9), "we live in an era of the social legitimization of algorithms as a mode of knowledge and a source of authority," a configuration that undoubtedly raises concerns. This preoccupation with the digital world and AI is shared by thinkers such as Éric Sadin, focusing on three main axes: 1) The issue of algorithmic*

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no IX CIEC (Congresso Internacional em Estudos Culturais), realizado nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2024 e subordinado ao temas «Cultura, ativismos e mudanças culturais».

<sup>2</sup> Universidade de Aveiro, Portugal – Centro de Línguas Literaturas e Culturas (CLLC); <https://orcid.org/0000-0002-6291-6925>; [rgracio@ua.pt](mailto:rgracio@ua.pt)

<sup>3</sup> Universidade de Aveiro, Portugal – Centro de Línguas Literaturas e Culturas (CLLC); <https://orcid.org/0000-0001-8771-0117>; [antonio.pernas@ua.pt](mailto:antonio.pernas@ua.pt)

<sup>4</sup> Universidade de Aveiro, Portugal – Centro de Línguas Literaturas e Culturas (CLLC); <https://orcid.org/0000-0001-8364-0932>; [tasferreira@ua.pt](mailto:tasferreira@ua.pt)

rationality; 2) The emergence of a new form of colonization; 3) The question of antihumanism—that is, the rise of "a maternalized humanity, incubated, remotely guided from servers, which reveals the stealthy eruption of a civilizational regression" (Sadin, 2018, p. 212). These three dimensions will be analyzed in this discussion.

**KEYWORDS:** *Digital reason; Artificial Intelligence; Colonization; Anti-humanism; Éric Sadin*

## **Introdução**

Inserido na problemática das repercussões sociais e políticas do crescente processo de digitalização da realidade e da correlativa utilização crescente da inteligência artificial, este artigo contextualiza e apresenta um esboço de manifesto de resistência ao tecnopoder e aos efeitos (ideológicos e práticos) da racionalidade algorítmica.

Imbuindo-nos da postura ativista e de resistência proposta por Éric Sadin, grande parte das nossas reflexões e afirmações acompanham a perspectiva crítica deste autor na trilogia de ensaios que dedica aos efeitos do desenvolvimento da tecnologia digital na vida humana. Esta trilogia é composta pelos livros *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique* (2015), *La silicolonisation du monde: l'irrésistible expansion du libéralisme numérique* (2016) e *L' Intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle: Anatomie d'un antihumanisme radical* (2018).

Como os títulos sugerem, neste conjunto de obras, assim como no nosso manifesto, começar-se-á por discutir a racionalidade no tempo da “vida algorítmica”, examinar-se-á a expansão do “liberalismo digital” e rematar-se-ão estas reflexões com a crítica à proliferação da Inteligência Artificial, considerada por Sadin como o “desafio do século”.

Abordar o tema central desta trilogia é abordar um dos temas mais discutidos atualmente nos media e na academia e é precisamente nesta consciência que o fazemos. Sabemos o quanto a maioria das discussões sobre a Inteligência Artificial acaba por desembocar frequentemente na inventariação de vantagens e de desvantagens, dos benefícios e dos perigos do seu uso. Mas, a convite do pensamento de Sadin, somos

confrontados com linhas de discussão sobre este tema bem mais incisivas e que vão em contracorrente com a ideias de que “não há alternativa”. São estas baseadas nas implicações diretas que uma cultura atrelada à racionalidade algorítmica possui na própria conceção do humano. Algo que sintetizamos na seguinte questão: *para onde vais, humanidade?*

Como afirma Paulo Vicente, "vivemos na era da legitimação social dos algoritmos enquanto modo de conhecimento e fonte de autoridade" (2023, p. 9) e estas são razões suficientes para nos preocuparmos com um curso da humanidade que parece esbarrar contra si mesma. Um curso onde o pensamento humano passa a ser o pensamento de um “outro” limitado, preconceituoso e impulsivo aos olhos de uma racionalidade algorítmica que, cada vez mais, decidirá e pensará por nós.

Perante isto, Vicente defende “uma robusta apropriação cívica” (2023, p. 9) dos algoritmos que passarão a reger a nossa vida e o respetivo desenvolvimento, suscitando, ainda segundo o mesmo autor a configuração de “sistemas sociotécnicos inclusivos e responsáveis” (Vicente, 2023, p. 9). É nosso entendimento que este é um caminho frutífero e razoável para lidar com uma configuração que se afirma como inevitável. Mas, e se, num ímpeto ativista, não pretendermos buscar soluções (que inevitavelmente negociarão com o *status quo*)? E se, em vez disso, pretendermos aprofundar questões que evoquem alternativas ao curso “inevitável” das coisas? Como diria Haraway (2016) no título de uma das suas obras: e se pretendermos *ficar com o problema?*

Ao continuarmos com o problema, evidentemente não estaremos a trabalhar em soluções que minimizem os danos colaterais do “progresso tecnológico” ou que o tornem mais inclusivo ou democrático. Ao invés, detendo-nos na problematização dos efeitos epistemológicos, económicos, sociais e até cognitivos do desenvolvimento da IA fazemos um balanço sob o curso que tomámos, permitindo-nos, enquanto o percorremos, ver novas direções possíveis. Compreendendo que estes rumos não seriam possíveis sem o nosso *Sim* inconsciente, abrimos espaço para que conscientemente possamos dizer: *Não!* Um “não” à inevitável hegemonia da racionalidade algorítmica.

## **1. Racionalidade algorítmica**

Eric Sadin (2015) e Fernanda Bruno (2022) afirmam que, por trás da crescente digitalização da cultura, vigora uma espécie ideal de racionalidade. Este ideal, alimentado pelo espírito de rigor e de necessidade das matemáticas, traduz-se na eliminação de ambiguidades pelo recurso a processos de cálculo que transformam informação em conhecimento. Tal tipo de racionalidade idealizada condensa a pulsão humana em subsumir todos os fenómenos existentes a esquemas lógicos demonstráveis, replicáveis e controláveis.

Falamos assim da *racionalidade algorítmica* – o conceito chave que nos permite remontar à “casa das máquinas” de um mundo digital programado por um infundável número de algoritmos.

Este ideal de racionalidade algorítmica remonta à ideia de *mathesis universalis*, ou seja, a uma ciência geral que, independente daquilo a que se aplica, seja capaz de tudo explicar em termos de quantidade, ordem e previsibilidade. A expressão chega de longe, mas aparece explicitamente mencionada em filósofos racionalistas do século XVII (como por exemplo Descartes) e prolonga-se até aos nossos dias. Hoje esta noção surge sob a forma daquilo que Pedro Domingos (2017) chama de “algoritmo mestre”, ou seja, um processo de automatização simuladora do funcionamento cerebral ou, ainda, uma automatização ensinada a executar uma variedade sem fim, quer de tarefas simples, quer de tarefas que implicam funções complexas.” Trata-se, para este autor, de chegar a um

único algoritmo que combine as características-chave de todos eles: o algoritmo-mestre definitivo. Para alguns, trata-se de um sonho inatingível, mas para muitos de nós, trabalhando na aprendizagem automática, é o que nos põe um brilho nos olhos e nos leva a trabalhar noite dentro. A existir, o Algoritmo-Mestre será capaz de derivar todo o conhecimento do mundo — passado, presente e futuro — a partir de dados” (Domingos, 2017, p. 20).

Este ideal liga-se ao que hoje é também conhecido como o dataísmo, ou seja, resumidamente, à crença de que tudo podemos converter em dados capazes de serem processados e que, através desses dados e do seu tratamento massivo em larga escala, por intermédio de algoritmos, teremos acesso às respostas que precisamos para solucionar os nossos problemas.

Em vez de um discurso de deslumbramento tecnológico, este manifesto opta por enumerar, de uma forma necessariamente sucinta, alguns aspetos que são o reverso desse deslumbramento e que constituem motivos de profunda inquietação.

Em primeiro lugar, trata-se de uma racionalidade instrumental, monopolista e neoliberal que se infiltra e tende a instaurar-se hegemonicamente, sendo totalizante, unilateral e assimétrica e tendendo a desprever de relevância as racionalidades alternativas, nomeadamente a racionalidade argumentativa e as práticas democráticas deliberativas que lhe estão associadas. Este conflito de racionalidades deve ser, segundo Sadin, “uma das principais lutas políticas do nosso tempo” (2015, p. 261).

Em segundo lugar, a racionalidade algorítmica, na sua vertente de AI generativa, assenta na maximização do papel da mediação automatizada. Não só nos tende a tornar apêndices da comunicação — originando aquilo que poderíamos designar como uma quarta ofensa narcísica (a inteligência deixa de ser um exclusivo humano) — como introduz ecrãs entre o olhar e os olhos, dificultando e empobrecendo as relações interpessoais face a face. É claro que, sob o signo da eficácia produtivista, a racionalidade algorítmica visa livrar-nos do que se revela supérfluo e redundante em termos de velocidade operacional, alienando-nos da dimensão humanamente vital desse supérfluo e redundante.

Em terceiro lugar, a racionalidade algorítmica é extrativista: alimenta-se da coleta de dados. Os sensores, coletores de informação, substituem crescentemente a nossa experiência sensível. Avança-se não só na coleta de informações declarativas (idade, género, localização, etc.), mas, cada vez mais, de informações de carácter psicológico e emocional (gostar ou não, escolhas feitas no decorrer da interação, utilização de emojis, etc.). Na realidade, a datificação da experiência sensível está associada a um comportamentalismo de dados, a uma condutividade baseada no paradoxo da perniciosa

combinação entre autonomia e adição. Como observou Patino, “a sociedade digital agrupa um conjunto de hipnotizados pelos ecrãs” (2019, p. 20). Mas, mais do que isso, ela sujeita-nos a viver naquilo que Fernanda Bruno designou como “laboratório de plataforma” (2019) no qual nos transformamos em cobaias através das interações com o maquínico algorítmico.

Em quarto lugar, a racionalidade algorítmica lança o humano no cognitivamente desproporcional<sup>5</sup>, tendendo a instituir essa racionalidade como um regime dogmático de verdade. O tempo dos resultados do processamento informacional é inacessível aos humanos que, todavia, os utilizam para se orientarem e neles confiam para tomarem decisões. Mais, a racionalidade algorítmica cruza com um sistema de governamentalidade e conduz àquilo que Paulo Vicente classificou como “algocracia”, a qual, nas suas palavras “reconfigura os pressupostos e os critérios tradicionais de legitimidade na participação cívica. Consequentemente, o sistema interpela os fundamentos da autonomia humana e da democracia participativa - desde logo porque, (...) os sistemas sociotécnicos que o compõem têm vindo a ser normalizados através do uso, antes de serem debatidos e regulados” (Vicente, 2023, pp. 10-11). Com efeito, as subjetividades estão cada vez mais a ser moldadas — em “tempo real” — pelos modos de pensar e sentir induzidos pelos aparatos sociotécnicos e pela dimensão performativa da racionalidade algorítmica.

Em quinto lugar, a racionalidade algorítmica está associada a uma sociedade de vigilância, colonizadora e de adestramento comportamental, sendo pertinente falar de uma “economia psíquica dos algoritmos” (composta pelas camadas económica ou mercadológica, pela camada epistemológica e pela camada de gestão e controlo comportamental) (Bruno, Bentes e Faltay, 2019), ou seja, de um processo de mineração de dados relativos a perfis psicométricos e emocionais dos utilizadores com vista a manipular os seus comportamentos, seja a nível do consumo, da visão de mundo ou da cidadania.

Concluimos esta parte sobre a racionalidade algorítmica com a pergunta de Sadin:

---

<sup>5</sup> Como notou S. Zuboff “No contexto dessa nova forma de mercado que eu chamo de capitalismo de vigilância, a hiperescala se torna uma ameaça profundamente antidemocrática”. (2018, p. 49)

A colusão em marcha há mais de um século entre um modo de racionalidade prioritariamente funcionalista e as técnicas computacionais é hoje não só patente, como atinge o seu ápice, impondo uma razão digital baseada no registo e na memorização de todos os atos da vida. Aceitamos ser cada vez mais integralmente regidos por este movimento que se intensifica e se aperfeiçoa a velocidades exponenciais, ou estamos decididos a opor-nos com lógicas baseadas em exigências completamente diferentes, capazes de promover a faculdade humana de livre escolha e a subjetivação das existências?” (2015, p. 261).

Posto isto, e por nossas palavras, que lugar queremos dar ao sentido evocado pelo humano numa sociedade democrática? O ímpeto da eficiência agora potenciado pelo digital (racionalidade algorítmica) deverá sobrepor-se às nossas próprias decisões ou estas últimas figuram na proporção humana pela qual, agora mais que nunca, se deve clamar? Quando falamos de proporção humana estamos a referir-nos aos limites humanos da analiticidade e do cálculo, limites que se repercutem numa ideia de autonomia humana, não como capacidade de impor normas, mas sim como capacidade de lidar com a incerteza, associando por isso a noção de ética à de incerteza. É claro que podemos superar os limites da analiticidade através de sistemas complexos e artificiais de cálculo, mas isso significa colocarmo-nos numa posição de dependência que esvazia o nosso poder de agência social e política, comprometendo a prática de uma racionalidade argumentativa, matricial dos regimes democráticos, em detrimento de uma racionalidade algorítmica propensa a gerar um regime fundado na servidão e na obediência voluntárias. Para dar um exemplo que nos coloca no fulcro da inquietação, vale a pena citar a seguinte passagem de Fernanda Bruno, escrita em 2019:

O presidente Jair Bolsonaro há pouco tomou uma decisão completamente equivocada, ao meu ver, vetando o direito (previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) de um usuário solicitar a revisão humana de

uma decisão automatizada. Entende-se, com esse veto, que a racionalidade algorítmica (que, claro, não é atributo do algoritmo em si, mas de uma rede de corporações, protocolos, códigos, interesses econômicos etc.) deve ser impermeável à revisão e ao questionamento de grande parte da sociedade, o que é desastroso. (Bruno, 2019)

Esta mesma questão – a da substituição dos juízes por procedimentos de decisão levados a cabo por um sistema de inteligência artificial de justiça — é equacionada no filme *Justiça Artificial*, lançado em 2024, com direção de Simón Casal.

## **2. Colonização**

Seguindo o pensamento crítico de Sadin vale a fixarmo-nos agora na segundo livro, *La silicolonisation du monde: l'irrésistible expansion du libéralisme numérique* (2016).

Como o título anuncia, a ideia principal parte da consideração de que as empresas tecnológicas de Silicon Valley, nas suas pretensões predatórias e expansionistas, estão eivadas de um espírito colonialista. Chamaríamos a isto um neo-colonialismo digital onde a vida e interações humanas são capturadas por plataformas digitais e convertidas em matéria-prima do lucro de grandes companhias tecnológicas residentes num vale dos arredores de San Francisco. Nestas “novas colónias” regidas por empresas de Silicon Valley, tal como em colónias na acessão convencional, humanos são destituídos do seu poder de decisão e vistos como “mão-de-obra” (neste caso inconsciente e involuntária) de um projeto de organização algorítmica da sociedade.

É assim, sob uma renovada forma de colonização, que o liberalismo económico e social se atualiza face aos meios digitais de que agora dispõe, exponenciando os seus efeitos. Na promessa de novas formas de conexão que a internet e suas plataformas apregoam reside a base de aceitação social para a expansão do território digital. Na ubíqua vigilância deste novo território de sociabilização, por onde passa “a experiência

humana, potencialmente em todas as suas camadas e aspectos, está a tornar-se alvo de extração lucrativa” (Couldry e Mejias, 2019, p. X). Estamos assim perante novas formas de extrativismo sustentadas num “capitalismo de vigilância (que) reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima gratuita que transforma em dados comportamentais” (Zuboff, 2020, p. 22).

Sadin define o liberalismo digital como a ideologia que defende o desregramento e a liberdade total do mercado como impulsores fundamentais para a inovação e o progresso. Este liberalismo digital, segundo o autor, é impelido por empresas como a Google, Apple, Facebook e Amazon, entre outras, que desenvolvem uma “propaganda siliconiana” (Sadin, 2018, p. 187) e que tentam, numa progressão constante, fazer entoar o credo de que a tecnologia pode resolver todos os problemas sociais e económicos do mundo. Essa ideologia, porém, dissimula uma centralização de poder e de controlo nas mãos de poucos consórcios, o que questiona princípios democráticos fundamentais.

Perante esta nova realidade de colonialismo digital sob a qual opera o capitalismo, importa retomar o pensamento de Sadin e a posição de nítida preocupação para com a perda da autonomia, da comunidade e da liberdade de decisão. Diz ainda que o nosso comportamento é sistematicamente vigiado e corrigido por algoritmos. Daí afirmar que “o futuro da nossa civilização depende tanto de cada um de nós como da responsabilidade dos engenheiros” (Sadin, 2018, p. 295).

Encarando aquilo que considera ser uma ruptura civilizacional provocada pela adição ao digital e à conectividade em permanência, Sadin propõe formas de resistência assentes em caminhos alternativos ao pensamento computacional. O que nos conduz ao terceiro aspeto que — continuando na linha do pensamento de Sadin — queremos abordar.

### **3. Anti-humanismo**

Relembremos o título, que sintetiza bem a ideia: *L' Intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle: Anatomie d'un antihumanisme radical*. O alvo visado é pois a IA na sua relação com o futuro do humano. A questão, para Sadin, é que o crescimento

exponencial da IA “torna marginal (e aniquila no longo prazo) o tempo humano de compreensão e reflexão, privando os indivíduos e as sociedades do seu direito de avaliar os fenómenos e de testemunhar (ou não) o seu consentimento, em suma, do seu direito de decidir livremente o curso de seus destinos” (Sadin, 2018, p. 24).

Para além de recusar a analogia entre inteligência computacional e inteligência humana – e, pela nossa parte diríamos que uma das diferenças fundamentais é que a segunda, ao contrário da primeira, tem energia própria – e alertar para a dimensão perniciosa dos ideais e das promessas de perfeição para que a inteligência artificial remete, assinala também o perigo do pensamento computacional acabar por deter o monopólio da racionalidade. Isso porá em perigo modos de ver plurais e a capacidade essencial de lidar com a incerteza e com o imprevisível. Assim, proclama que

teremos que viver um conflito de racionalidades na medida em que cada uma delas compromete valores e determina modalidades de existência opostas em todos os pontos. Esta deve ser uma das maiores lutas políticas do nosso tempo. (Sadin, 2018, p. 37)

Com efeito, contra a assimetria comunicacional dos sistemas algorítmicos e seus efeitos de diluição da força comunitária, força para a qual concorre uma sociabilidade assente na diversidade das subjetividades e na construção de uma inteligência compartilhada, negociada e ética, há que fazer apelo à valorização de uma sensibilidade irreduzível a dados e em que está presente o poder intempestivo, e inconformado, do humano.

Se se considerar a IA como o desafio do século e a virmos como algo que vai contra o humanismo, então o que está em causa é, de novo, a própria questão da racionalidade. É nesse sentido que se podem enunciar algumas oposições em que nos devemos empenhar e que enumeramos sinteticamente, em jeito de manifesto:

- Contra uma racionalidade totalizadora alimentada pela ideia de ilimitado, assumir os limites de todos os seres e recursos e atuar em conformidade:

- Contra a ideia de que é possível erradicar a desordem e controlar o curso de todas as coisas, saber viver com a contingência através da capacidade de construirmos um mundo comum preocupado em não danificar;
- Contra uma racionalidade que olha para os limites humanos como defeitos, honrar, na fragilidade da sua condição e a virtualidade dos poderes criativos dos humanos;
- Contra uma racionalidade que promove aceleração sob o lema da permanente inovação, e que prega o triunfo generalizado do utilitarismo, fazer a apologia do inútil, do tempo que permite refletir e de modos de existência sem confinamentos digitais individuais ou coletivos;
- Contra uma racionalidade que nos quer tornar dependentes de apoios à decisão, cultivar a capacidade de discernimento, de autonomia de juízo e a capacidade de divergir;
- Contra o monismo de valores de uma racionalidade que, de modo paranoide, procura antecipar e ratificar o curso dos acontecimentos, numa ambição de controle e segurança desmesuradas, saber viver com o contingente, com o inesperado e com a polarização em valores que é preciso salvaguardar em permanência;
- Contra uma racionalidade que procura sacudir para o lado das questões de natureza operacional e técnica assuntos que afetam diretamente os cidadãos, afirmar a dimensão transversal da política nas nossas vidas e reivindicar o poder político dos nossos atos;
- Contra a *hybris* da racionalidade algorítmica, seguir o caminho da sobriedade, da consciência dos limites e da corresponsabilidade perante os humanos e os não humanos;
- Contra o reducionismo miserável da racionalidade algorítmica, valorizar os recursos da nossa sensibilidade para lidar com o incerto e o imprevisto e saudar a nossa capacidade criativa para lidar com a surpresa.

Enfim, e para terminar com as palavras de Sadin;

Em oposição a uma racionalidade que espera que os sistemas formulem a verdade, queremos mostrar a parrésia – termo grego que designa o facto de “dizer tudo”, de ousar testemunhar os acontecimentos com coragem e dentro de absoluta liberdade de palavras – que nos obriga a denunciar incansavelmente esta racionalidade que provém da negação de nós mesmos e institui a passos largos um anti-humanismo radical ao qual nos negamos de corpo e alma. E para isso decidimos defender todos aqueles valores que nos são tão caros, movidos pelos nossos modos de racionalidade plurais, rigorosos e inventivos, armados para reposicionar esse modo de racionalidade no lugar que ele merece - na margem extrema de nossas existências, o mais distante possível de nossas realidades; e a isso nos aplicamos com método e determinação. (2018, pp. 281-285)

## **Conclusão**

Sabemos que grande parte do debate acerca da digitalização da cultura e da inteligência artificial acaba por redundar em avaliações pragmáticas sobre a utilidade e os benefícios da sua utilização, os desafios que nos lança e os perigos que comporta. Sabemos também que o deslumbramento tecnológico acaba por levar a dianteira e que as práticas que criam dependências e adições nos invadem antes sequer de percebermos os seus condicionamentos<sup>6</sup>. Sabemos ainda que a força social para o consenso, a ameaça de que se não acompanhamos o progresso, nomeadamente o tecnológico, ficamos para trás, e a sucessão geracional de quem vem ao mundo já imerso nas tecnologias digitais, sabemos que tudo isso dificulta dizer não e alterar rumos que parecem inevitáveis. Mas sabemos também que, onde há hegemonia, há resistência e apresentámos hoje um exemplo de um pensador que procura manter aceso o ativismo da razão numa radicalidade tensional e provavelmente necessária para despertarmos do sono digital e

---

<sup>6</sup> Como sagazmente assinalou S. Zuboff, apontando para o fenómeno do esvaziamento do pensamento ou do impensar, “em vez de você precisar fazer perguntas, a Google deve “saber o que você deseja e lhe dizer antes que a pergunta seja feita” (2018, p. 49).

dos seus vigilantes e para que possamos manter em aberto as portas de uma livre e arriscada reinvenção em que se cumpre o nosso destino.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt; LEONIDAS, Donskis. *Cegueira moral. A perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, V. 26, N. 3, set.-dez, 2019. DOI: 10.15448/1980-3729.2019.3.33095. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>

BRUNO, Fernanda Glória. Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório. Entrevista com Fernanda Bruno. *DigiLabour*, 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/pt/tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno/>

BRUNO, Fernanda Glória. *et al.* “Tudo por conta própria”: autonomia individual e mediação técnica em aplicativos de autocuidado psicológico. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 33-54, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1177093>

BRUNO, Fernanda Glória (2022). Racionalidade algorítmica & subjetividade maquina. In: SANTAELLA, Lucia. (org.), *Simbioses do Humano e Tecnologias*:

*Impasses, Dilemas, Desafios*. Editora da Universidade de São Paulo/IEA-USP, 2022. pp. 51-62

BRUNO, Fernanda Glória; PEREIRA, Paula Cardoso; FALTAY, Paulo. Inteligência artificial e saúde: ressituar o problema. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 17, n. 2, pp. 235-242, 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i2.3842.

Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3842>.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. *The costs of connection : how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DESCARTES, René. *Regras para a Direcção do Espírito*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

DOMINGOS, Pedro. *A revolução do Algoritmo Mestre*. Lisboa, Manuscrito, 2017.

Haraway, Donna. *Staying with the trouble : making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

PATINO, Bruno. *A Civilização do Peixe-Vermelho. Como peixes-vermelhos presos aos ecrãs dos nossos smartphones*. Tradução de Tiago Marques. Lisboa: Gradiva, 2019.

ROUVROY, Antoinette. (2023). The end(s) of critique : Data behaviourism versus due process. In HILDEBRANDT, Mireille; KATJA, De Vries (Eds.), *Privacy, Due Process and the Computational Turn: The Philosophy of Law Meets the Philosophy of Technology*. London: Routledge, 2023. pp. 143-167.

SADIN, Éric. *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. Paris: Éditions de L'Échappée, 2015.

SADIN, Éric. *La Silicolonisation du Monde*. Paris: Éditions de L'Échappée, 2016.

SADIN, Éric. *L' Intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle: Anatomie d'un antihumanisme radical*. Paris: Éditions de L'Échappée, 2018.

SADIN, Éric. (2020). *La inteligencia artificial o el desafío del siglo. Anatomía de un antihumanismo radical*. Traducción de Margarita Martínez. Buenos Aires: Caja Negra Editora.

VICENTE, Paulo Nuno. *Os algoritmos e nós*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo, Boitempo, 2018. pp. 17-68.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo da Vigilância. A disputa por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Lisboa: Relógio d'Água, 2020.